

DOMÍNIO CULTURAL, RAZÃO INSTRUMENTAL E ESCLARECIMENTO EM THEODOR ADORNO E MAX HORKHEIMER

Maria Célia da Silva - UNIR¹
Elton Emanuel Brito Cavalcante - UNIR²

Resumo: Theodor Adorno e Max Horkheimer se dispuseram a analisar não as causas da razão, como o fizeram empiristas e racionalistas, mas em entender os objetivos mais profundos dessa faculdade humana. Para entendê-la fizeram uma retrospectiva histórica, desde os mitos contidos na Ilíada e Odisseia até os criados pela Modernidade, com o intuito de revelar as artimanhas daquilo que eles denominaram de “Esclarecimento”. Dirão que, ao mesmo tempo em que o esclarecimento é tentativa de vitória sobre as forças da natureza e sobre os temores humanos, é, também, uma forma de enclausurar o homem, não este ou aquele pertencentes a uma classe social, mas a humanidade em geral. O objetivo deste trabalho é, pois, é relacionar o conceito de esclarecimento às formas de domínio cultural do homem moderno, buscando explicar até que ponto as sociedades ocidentais são prisioneiras daquilo que elas acreditam ser o grande instrumento de libertação: a Razão.

Palavras-chave: Esclarecimento. Domínio Cultural. Razão Instrumental

Introdução

Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006) analisaram as bases do mundo ocidental e, com isso, identificaram a relação entre o poder, a razão e a técnica na sociedade industrial contemporânea. Eles realizaram duas críticas, segundo Ferreira (2008), uma ao excessivo racionalismo científico, denominado por eles de Razão Instrumental, e outra aos sistemas que massificam essa ideologia e terminam por controlar toda a sociedade; fizeram assim uma espécie de síntese entre o pensamento de Marx, Freud e Weber.

Essa análise era consequência de um questionamento que se fazia entre os intelectuais de meados do século XX: que espécie de razão é essa que cega o homem para valores como a solidariedade e o amor à vida e o torna insensível a ponto de cometer genocídio? A pergunta remetia diretamente às atitudes de nazistas e fascistas durante a Segunda Guerra, pois, mesmo antes de assumir o poder, o discurso de Hitler

¹ Mestranda em Estudo Literários pela UNIR. Porto Velho, Rondônia, departamento de Letras da UNIR.
Email: mariacelli1967@hotmail.com

² Mestrando em Estudos Literários pela UNIR. Porto Velho, Rondônia, departamento de Letras da UNIR.
Email: elton400@hotmail.com

era extremamente claro quanto à necessidade de acirrar o repúdio aos judeus em geral e, em especial, àqueles detentores do capital na Alemanha. Para Wells (1972), isso se explica pelo fato de o capital alemão estar, em grande medida, sob as mãos de empresários e banqueiros de origem judia. Os judeus foram acusados de prejudicar o funcionamento do Estado alemão, e, conseqüentemente, responsabilizados pelas crises econômicas que assolaram o país.

Muitos intelectuais de origem judia, antes mesmo do recrudescimento das ideias nazistas, já anteviam o Holocausto, e migraram da Alemanha para os EUA. Adorno e Horkheimer estavam nesse grupo. Ambos ajudaram a criar a escola de Frankfurt e estudavam as conseqüências positivas e negativas da ascensão burguesa ao poder, buscando entender também a origem do antissemitismo. Era comum o pensamento, mesmo dentro da escola de Frankfurt, que o caos provocado pela guerra era reflexo do fim da Modernidade e que o capitalismo experimentava a sua última e definitiva crise.

No entanto, contrariando um pouco essa vertente, Adorno e Horkheimer (2006) perceberam que o irracionalismo da guerra talvez fosse a mais sutil ferramenta do próprio racionalismo a defender o capital. Para explicar esse paradoxo, eles se voltaram para o estudo dos mitos desde a Antiguidade, principalmente os contidos na *Ilíada* e na *Odisseia*, até os mitos modernos, basicamente os difundidos pela objetividade da ciência. A partir desses mitos, eles fizeram uma interpretação usando tanto a dialética marxista como as ideias de Freud, e o objetivo era o de explicitar o confronto entre as classes sociais, mas também em expor que para cada mudança de paradigma ideológico surge um outro, mais de acordo com as necessidades prementes de conservação de uma classe ou de toda a humanidade. E é por isso que eles iniciam os estudos pela análise do mito de Ulisses contido na *Odisseia*, pois consideram que tal personagem apresentava, por meio de sua perspectiva pragmática e crítica, o embrião do espírito capitalista moderno.

Adorno e Horkheimer (2006) não procuraram encontrar as causas das ideias racionais, como o fizeram empiristas e racionalistas, o objetivo deles é entender de que forma a humanidade usa a razão, quais os reais objetivos desta e quais métodos ela utiliza para alcançá-los. “Razão”, para eles, difere de “Esclarecimento”, pois há alguns tipos de razão: a prática ou instrumental e a teórica ou filosófica; ambas, de certa forma, formam juntas o Esclarecimento. Desta forma, o termo “Esclarecimento”, para os

referidos autores, pode ser entendido como um sistema organizado e coerente de modelos de desenvolvimento baseados na razão que se concretizam nas diversas esferas sociais, em todo o globo, um sistema que mina toda e qualquer forma de conhecimento que não possa mensurar, testar, que não seja apto à comprovação mediata ou ligada a uma visão pragmática.

Os autores supracitados afirmaram que o esclarecimento já tinha suas raízes na Antiguidade, a Modernidade apenas o aprofundou. Esse aprofundamento configura-se na razão instrumental, a técnica, em prol da modificação da natureza, criando, portanto, o mito da ciência “deusificada”. A crença na técnica e na ciência tornou o homem descrente dos mitos tradicionais e o levou a criar o mito da ciência moderna.

O objetivo deste trabalho é, portanto, verificar como essa noção de “Esclarecimento”, de mitos tradicionais e de domínio cultural é entendida por Adorno e Horkheimer (2006), a partir da análise de duas grandes personagens da literatura, Odisseu (personagem de Homero) e Juliette (personagem do Marquês de Sade), a ponto de afirmarem tais personagens como paradigmas da sociedade industrializada burguesa ocidental.

1 O MITO DE ULISSES, PROTÓTIPO DO BURGUEZ CONTEMPORÂNEO

Os mitos podem ser tipificados em dois segmentos: os de cunho tradicional, ligados mais a realidades rurais e camponesas, e que foram abordados com maestria por pensadores como Aristóteles, Mircea Eliade e Jaeger; e outros, de um caráter mais contemporâneo, surgidos nos grandes centros urbanos e relacionados diretamente ao processo de industrialização. Estes foram abordados por filósofos como T. Adorno e Max Horkheimer, os quais acreditam que os mitos pós-modernos são reflexos não da contemporaneidade em si, mas de um longo processo evolutivo.

Os mitos tradicionais, por sua vez, podem ser subdivididos em dois grupos quanto aos objetivos intrínsecos: o grupo dos mitos que tentam dar uma explicação ontológica dos fenômenos físicos e espirituais; e outro, que pode até explicar, todavia tem como escopo a fundamentação de um valor moral e social.

Historicamente, o mito tradicional é algo universal, presente em toda cultura humana, pois o homem tenta entender as causas dos fenômenos, e o mito é, nesse

sentido, uma das explicações possíveis para a origem das coisas particulares e gerais. Por essa perspectiva, mito tradicional é, portanto, uma explicação ontológica próxima das explicações que a religião, a metafísica e a ciência procuram dar aos fenômenos, porque todas estas têm em comum com ele a tentativa de entender e justificar a existência de algo. Mircea Eliade (1972), sabendo da dificuldade de encontrar uma definição para os mitos, descreve-o como uma história sagrada sobre as peripécias dos entes sobrenaturais em um tempo primordial que traz em si uma explicação para os fenômenos, “seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (...). Ele relata de que forma algo foi produzido e começou a ser” (ELIADE, 1972, p. 09).

Além do conceito ontológico, o mito também possui um valor de consolidação de uma ideologia ou de uma moral implícita ou explícita. Para Warner Jaeger (1995), o mito tradicional por essa perspectiva tem valor educativo e de norma, assim “o mito serve sempre de instância normativa para a qual apela o orador (...). Não têm um caráter meramente fictício, embora originariamente seja, sem dúvida alguma, o sedimento de acontecimentos históricos que alcançaram a imortalidade através de uma longa tradição. (JAEGER, 1995, p. 4). O mito assim é entendido “como sendo a narrativa daquilo que se pretende que seja, enquanto expressão do pensamento de uma dada sociedade” (ROSSI, 2007, p. 37). Nesse sentido de “significado normativo”, passa a se aproximar da lenda e da fábula, pois tem como objeto o convencimento e a consolidação de valores morais. Esse papel, entretanto, não pode ser considerado excludente daquilo que Mircea Eliade propôs acima, ou seja, o mito como explicação cosmológica e ontológica. Jaeger (1995) afirma que o grande educador por meio do mito na Grécia antiga foi Homero, embora este, segundo o autor, tenha abordado o mito de forma crítica, relacionando-o com a arte e a epopeia, grande veiculadora do mito; entretanto, para ele, o mito é ferramenta que por si só tem valor educativo, independente da realidade a que se refere: “Ele não é educativo pela comparação de um acontecimento da vida corrente com o acontecimento exemplar que lhe corresponde no mito, mas sim pela sua própria natureza” (JAEGER, 1995, p. 4). Assim, o essencial no mito não seria sua função de explicação ontológica, mas o seu valor de fundamento moral que tiraria da explicação ontológica apenas um suporte para sedimentar valores educativos em uma sociedade.

Para Adorno e Horkheimer (2006), porém, o medo seria a grande ferramenta desenvolvidora da razão, e esta teria sua fase inicial na configuração dos mitos, entendidos aqui como uma forma de explicar a natureza, é verdade, mas também como uma maneira de escambo entre os homens e os deuses. Para contornar o medo e se manter vivo, o homem utilizou-se dos mitos para tentar controlar e explicar as forças da natureza; e quando já dispunha da técnica adequada para por si só enfrentar tais forças, teria usado a própria astúcia para enfrentá-las, abandonando assim os deuses mitológicos.

Regularmente, na Antiguidade e Idade Média, as barbáries, as guerras e assassinatos eram justificados por meio de rituais e instituições criadas pelo próprio Estado: o sangue derramado em sacrifícios tornar-se-ia pré-requisito para garantir uma colheita farta ou o sucesso em uma empreitada. Na *Ilíada*, por exemplo, Agamenon, rei de Micenas, convoca o exército aqueu para invadir a cidade de Troia; entretanto, depois de muito tempo de espera, os navios continuam atracados, pois os ventos não eram favoráveis. O sacerdote chefe, então, chama-o e lhe diz que para os ventos soprarem a favor seria imprescindível um sacrifício à altura da empreitada. Agamenon teria que sacrificar a própria filha, e assim ele o fez. Os ventos, por conseguinte, sopraram, e ele pôde finalmente ir à guerra e conseguir o seu intento, ou seja, unificar o mar egeu sob a égide do poderio grego.

Entretanto, para Adorno e Horkheimer (2006), esse tipo de atitude apontaria para a aceitação do mito enquanto força central na vida dos humanos, o que difere das atitudes de Ulisses, rei de Ítaca, perante os deuses e os mitos em geral. Este herói grego se sobreporia definitivamente aos mitos, pois o ceticismo que lhe é inerente estaria consubstanciado pela crença profunda na sua própria inteligência e perspicácia. Ele tem os mesmos interesses comerciais de Agamenon, mas usa meios distintos para alcançá-los, pois, perante as adversidades, Ulisses mantém o sangue frio e analisa, mensura todas as probabilidades de sucesso ou fracasso, ele confia, pois, em sua própria inteligência para superar as intempéries; desta forma, os atos do herói grego serviriam de exemplo para contestar as ideias tradicionais de sempre seguir os ritos e mitos para se conseguir êxito nas empreitadas.

Em alguns momentos Ulisses até apoia-se no mito, todavia seria como mera ferramenta de auxílio à sua própria astúcia, como é exemplificado no trecho que conta a

lenda do cavalo de Troia; nele, Ulisses afirma que se os soldados gregos fingissem parar o cerco à Tróia e manipulassem uma falsa partida, poderiam deixar um grande cavalo como oferenda para pactuar a paz; os troianos não poderiam recusar-se a aceitá-lo, porque, agindo assim, ofenderiam os deuses, e isso porque na tradição grega e troiana os presentes para celebrar o armistício seriam ofertados não aos homens, mas aos deuses: o cavalo seria um presente de Poseidon aos deuses defensores dos troianos. Estes o colocaram para dentro de suas muralhas e, por isso, foram derrotados, como explica a sequência da narrativa.

Ulisses, dessa forma, age semelhante aos conquistadores espanhóis durante a expansão na América: pois os colonizadores aproveitaram-se da mitologia dos ameríndios para subjugar-los e facilitar o domínio territorial. Assim como Pizarro tornou-se um herói na Espanha, Ulisses foi tratado da mesma maneira pelos gregos antigos. A grande diferença entre ambos é que Pizarro não ofendeu os seus próprios deuses, como o fizera Ulisses. A todo momento, o rei de Ítaca enfrenta os deuses e, mesmo sendo castigado severamente por isso, é, paradoxalmente, premiado no fim com o título de herói pelos gregos, e suas façanhas servem como molde para as gerações vindouras. Ulisses é apresentado como o ícone da superação e desobediência aos rituais e mitos tradicionais, mas, e justamente por isso, consegue os louros da vitória final.

O que ocorreu com os outros heróis da guerra de Troia mostraria que a derrota de alguma forma chegara a eles. Agamenon fora morto pela própria esposa, Aquiles age com brutalidade e fora vencido na parte mais baixa de seu corpo, antes da morte teve que se arrastar humilhado; e os egeus, depois de tanta empreitada, não conseguiram a unificação da Grécia. O único a ter um “final feliz” teria sido o astuto e equilibrado Ulisses. Os vinte anos que ele passou longe da família tornaram-no mais experiente e, no retorno, usa a astúcia para dominar os seus inimigos, e logo em seguida retoma o reino e a esposa fiel.

O que Adorno e Horkheimer (2006) querem mostrar é que os mitos já continham em si o germen do esclarecimento, e com a sua materialização na *Ilíada* e na *Odisseia*, eles já não aparecem como tão essenciais para o todo social, mas como representações fenomenológicas suscetíveis de serem substituídas por outras; o homem já os questiona, e isso porque historicamente os livros citados foram escritos muitos séculos depois da guerra de Tróia, em um período onde a técnica e a filosofia já estavam se

desenvolvendo em prol de um progresso material, econômico, comercial no mundo grego. Os mitos eram cantados pela tradição oral popular, no instante em que Homero os coloca por escrito, molda-os impondo-lhes a visão do momento progressista helênico.

O esclarecimento dos mitos abriu passagem para um esclarecimento mais objetivo: o da filosofia antiga. Turchi (2003) afirma que na Grécia antiga o termo mito era sinônimo de coisa absurda, enganosa, pois se constituía de narrativas inverossímeis, geralmente atribuídas às façanhas dos deuses; sendo usado também como argumento falacioso, corrompendo assim o logos, a razão. Por causa disso, “Platão se propõe a manifestar seus próprios mitos, novos mitos: da alma, do esquecimento e da recordação, do nascimento e da vida no além. Em sua obra, o pensamento racional parece constantemente emergir de um sonho mítico” (TURCHI, 2003, p. 14). Portanto em Platão há uma transição de um mundo grego, que ainda via no mito um fundamento de explicação para as coisas, para outro baseado na reflexão filosófica.

Assim, os mitos e tabus teriam sido criados em nome da defesa da tribo ou do Estado, e, no instante em que não mais cumpriram esse papel, o homem astuciosamente os substituiu por outros mecanismos apropriados à tarefa.

Ulisses, nesse contexto, seria o protótipo de um novo paradigma, o da razão puramente humana, livre da influência das forças sobrenaturais; ele experimenta, testa seus limites e considera-se superior a tudo. A *Ilíada*, portanto, seria a base cultural do homem moderno, segundo Adorno e Horkheimer (2006), porque apresenta um homem que vê na própria razão um fundamento para a existência, o que comprovaria a tese de que o Iluminismo não seria coisa da Renascença, mas o mero reflexo de uma atitude intrínseca ao homem, independente do tempo e do espaço: o seu egocentrismo; comprovaria ainda que o Capitalismo não é coisa da Idade Moderna, as suas bases históricas estariam na Antiguidade, no momento em que o homem resolveu expandir-se militarmente para unificar regiões em prol do comércio.

Ao analisarem essa postura do homem em sociedade, Adorno e Horkheimer (2006) foram influenciados por Max Weber. Weber (2002) demonstrou que a burguesia ao assumir o poder econômico necessitava de uma religião mais flexível à aceitação do acúmulo de bens materiais: a ética protestante é a do acúmulo de riquezas, a do bem

viver, a do trabalho como forma de evolução social. O cristianismo católico, por sua vez, pregava aquilo que interessava ao regime feudal. Tornava-se vital substituí-lo.

Assim, ao assumir o poder, a burguesia tentou mudar a maneira de pensar do homem europeu, criou ideologias, novos mitos e ritos para que as ideias liberais proliferassem. Não é à toa que é nesse período que se deu o surgimento das primeiras escolas de ensino médio destinadas a um público pertencente ao equivalente, hoje, às classes médias. Da Reforma e da Contrarreforma surgiram centros de ensino que induziam seus alunos a fazer aquilo que agradava ao pensamento da Santa Sé ou dos bispos protestantes. Os jesuítas, por exemplo, de um lado, pregavam o autocontrole, a fuga dos prazeres carnis e a disciplina; de outro lado, os puritanos alardeavam também a disciplina, voltada, porém, para a conciliação entre matéria e espírito. É esse conflito que vai acirrar ainda mais o dualismo vivido pelo homem do Barroco: ciência ou religião, corpo ou espírito?

2 O ROMANCE MODERNO: JULIETTE, SÍMBOLO DOS VALORES CIENTÍFICOS

As artes em geral, segundo Adorno (2003), pressionadas pelo surgimento do cinema e da fotografia, tiveram que se adaptar aos novos ideais da burguesia consolidada no poder. Com o realismo extremado da fotografia ou com a imagem em movimento do cinema, as artes plásticas se viram ameaçadas de extinção, pois o público espectador buscava sempre algo exótico, ou seja, influenciado pelo experimentalismo científico, passou a ter como hábito o testar algo novo e, devido a isso, principiou por criticar mais frequentemente uma arte voltada para a difusão de mitos e lendas tradicionais ou para a exposição de conteúdos meramente contemplativos, adequando-se assim à vertente pragmática majoritária no final do século XIX.

A arte que não se adaptasse a essa nova realidade, correria o risco de não ser aceita pela indústria de arte burguesa, cujo escopo encontra-se mais na venda do que na busca da arte pela arte. A Indústria Cultural, aquela cuja estrutura funda-se no fomento ao consumo por meio de uma mídia poderosa que molda a mentalidade dos indivíduos para a aceitação passiva do entretenimento como fundamento da felicidade, de certa forma, difundia a política do “pão e circo” dos romanos: levar ao povo entretenimento,

porém um que em seu bojo estivesse explícita ou implicitamente as bases e valores da sociedade consumista: o liberalismo, os ideais republicanos, o individualismo e materialismo etc. A arte ou o artista que fugisse a essa nova tendência sofreria uma espécie de censura, e a alegação era de que seu trabalho não seria aceito pelo público consumidor.

Para Adorno (2003), ao analisar-se o interior das personagens dos romances tenta-se mostrar como as pessoas agem, e revelar as influências que a sociedade tem sobre elas, numa perspectiva tipicamente freudiana. De Freud, Adorno (2003) aceitava-lhe as ideias sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, de como as forças sociais interferem na forma de pensar e agir das pessoas, causando-lhes traumas profundos em seus espíritos. A libido, por exemplo, seria reprimida para que a população mantivesse o equilíbrio entre a taxa de natalidade e a produção de alimentos. A moral e a religião trabalhariam em conjunto para reprimir os instintos naturais dos indivíduos e discipliná-los para o convívio social, e o meio para tanto seria a utilização de tabus, mitos e ritos sob o jugo do Estado.

O romance moderno busca transcender o tempo e as barreiras sociais, mostrando ao indivíduo o quanto as ideologias reacionárias são poderosos meios de manutenção dos *status quo* e do impedimento dos gozos materiais. O discurso para as massas é o da liberação total, afinal as personagens dos romances modernos, objeto dessas análises, surgem como vítimas de um sistema autoritário, seja ele o da religião ou dos costumes em geral, e as ideologias liberais buscam a superação desse sistema repressor.

Essa postura de domínio das massas pela mídia dava-se também em países considerados altamente liberais e progressistas, como os Estados Unidos, por exemplo. Adorno e Horkheimer, exilados nos EUA, perceberam que lá o discurso de censura e antissemitismo era intenso, que Hollywood fazia uma espécie de censura prévia sobre o que se podia ou não assistir. Os desenhos animados, coisas aparentemente infantis, traziam no fundo uma visão antissemita, racista de um lado e incentivadora do consumo, de outro. Tal censura prévia já estava, para os autores, implícita no discurso de Kant:

Nas palavras de Kant, o esclarecimento 'é a saída de homem de sua minoridade, da qual é o próprio culpado. A minoridade é a incapacidade de

ser servir de seu entendimento sem a direção de outrem'. 'Entendimento sem a direção de outrem' é o entendimento dirigido pela razão. Isso significa simplesmente que, graças a sua própria coerência, ele reúne em um sistema os diversos conhecimentos isolados. (...) O pensamento, no sentido do esclarecimento, é a produção de uma ordem científica unitária e a derivação do conhecimento factual a partir de princípios, não importa se estes são interpretados como axiomas arbitrariamente escolhidos, ideias inatas ou abstrações supremas. As leis lógicas estabelecem as relações mais gerais no interior da ordem, elas as definem. A unidade reside na concordância. O princípio da contradição é o sistema *in nuce*. O conhecimento consiste na subsunção a princípios. Ele coincide com o juízo que se inscreve no sistema. Um pensamento que não se oriente para o sistema é sem direção ou autoritário (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 71).

A crítica a Kant é que neste já estavam as ideias de um domínio total do Estado, seja ele liberal ou não (desde que capitalista), o homem deveria estar sujeito a leis, ou princípios, que deveriam lhe guiar constantemente. Esses princípios seriam o de sua consciência, mas quem ou o quê colocaria esses princípios na consciência humana? A moral usada por Hitler e a usada pela indústria de Hollywood são distintas, mas a forma como são divulgadas são coerentes com a filosofia do Kant e, no fundo têm um mesmo objetivo: seduzir, por meio de informações reais ou não, o público espectador e lhe formar um conjunto de princípios e valores morais que lhe irão conduzir socialmente.

Adorno e Horkheimer (2006) escrevem que o pensamento de Kant encontra o maior exemplo em um escritor contemporâneo do filósofo alemão, o Marquês de Sade. Juliette, personagem central de um dos romances de Sade, tem uma moral devassa, faz orgias e todas as espécies e sua conduta é subversiva. Segundo Adorno e Horkheimer (2006), ela tem a moral da ciência, pois sente prazer em destruir os símbolos religiosos e os da tradição cultural. As orgias praticadas por Juliette não eram vistas por ela como *naturais*, porque para ela o conceito de natural teria sido destruído pela civilização – o sexo, tão comum e normal aos animais – fora, com o tempo, transformado em objeto de tabu; ela mesma, Juliette, sabe que seu prazer não está na orgia em si, mas na satisfação de ver os mitos sendo destruídos. Ela é o símbolo da moral burguesa, objetiva, destruidora de ídolos – prenúncio do grande filósofo Nietzsche.

Sade, para os autores supracitados, contestava os mitos religiosos e pregava um liberalismo extremado, fazendo propaganda da nova moral: o de que só a racionalidade objetiva poderia livrar o homem das superstições e da morte. A sabedoria religiosa era fruto de uma irracionalidade que deveria ser evitada. Sade lutava também contra o Antigo Regime, nisso ele tem muito em comum com Rousseau, Voltaire, por exemplo,

pois todos pregavam um individualismo que desembocaria no conceito de democracia moderno. Esta também pode ser encarada como um mito, pois os filmes de Hollywood a pregam como o melhor de todos os sistemas políticos já existentes. Mas como dizer, por exemplo, que um regime monárquico é por si só ruim? O que se alega é que ele impede a realização dos direitos humanos fundamentais, todavia a noção de “direitos humanos fundamentais” é fruto do esclarecimento europeu, pois tal conceito vem se moldando, segundo Norberto Bobbio (1992), desde a Revolução Francesa e já estaria atualmente na quinta geração; mesmo assim não impediu que o Holocausto existisse e que a razão instrumental quase destruísse o mundo durante a Guerra Fria. Só depois das duas grandes guerras, é que o europeu resolveu levar a sério as ideias advindas da Revolução Francesa quanto aos direitos e garantias fundamentais e, preocupado como uma nova onda mundial de guerras, resolveu difundir as novas ideias democratizantes e valorizadoras dos direitos e garantias fundamentais em todas as regiões do globo, inclusive no Oriente Médio, região onde historicamente a tradição impõe que os sistemas de governo sejam de cunho monárquico ou teocrático.

Entretanto, e se os povos que vivem nessa região se opuserem a tais valores europeus? Talvez ocorra o mesmo que ocorreu no Iraque e Afeganistão: a guerra para levar a democracia. Uma forte mídia levando tanto para iraquianos e afegãos a ideia de que um regime ditatorial ou monárquico é nocivo, mas nocivo para quem? Muitos soldados americanos que foram à guerra acreditavam no que a mídia dizia sobre os costumes dos árabes: os filmes, os romances colocavam geralmente o muçulmano como um vilão inescrupuloso, que os ditadores eram cruéis e que deveriam ser depostos. E é esse um exemplo claro da Indústria Cultural descrita por Adorno e Horkheimer, e a grande crítica feita por eles é que por trás de discurso liberal esconde-se uma artimanha, a da conservação do capital, pois este não estaria interessado no bem-estar das pessoas, mas na formação de um público consumidor em potencial, público este que deveria surgir nem que para tanto muitas guerras devessem ser travadas.

3 RAZÃO E ESCLARECIMENTO

É relevante notar que Adorno e Horkheimer (2006) colocam a culpa da grande crise europeia do século XX não apenas na burguesia contemporânea, mas na tendência

humana a aceitar o esclarecimento em sua vertente mais nociva, a razão instrumental, como única forma de saber e entendimento. Eles não são críticos da razão em si, mas de um tipo de racionalidade que, unida à técnica e à ciência, cria o mito do cientificismo, ou seja, que por meio da ciência pode o humano explicar tudo e prescindir de Deus e dos mitos. A essa razão eles deram a alcunha de “*Razão Instrumental*”.

O esclarecimento pode, porém, retroceder se a situação presente assim o exige. O Império Romano é um bom exemplo disso. A lógica e a ciência romanas, segundo Russel (1967), prevaleceram durante boa parte da Antiguidade, seu racionalismo é uma espécie de fusão entre o militarismo espartano e o pensamento requintado ateniense; suas cidades são populosas e o Império cobre todo o Mediterrâneo. Os romanos conseguiram aquilo que os egeus, na batalha de Tróia, tanto ansiavam: uniram a parte ocidental e oriental do Mediterrâneo fazendo assim uma unificação política, comercial e financeira. Tudo em Roma era medido, seu esplendor anunciava a luxúria que seria uma das causas de sua derrocada.

Os mitos romanos durante o período monárquico e republicano eram tidos como um conjunto sistêmico, uma verdadeira religião que moldava e orientava o caráter das pessoas independente das classes sociais; na passagem para o Império, isso mudara; escritores como Sêneca (1998) denunciam a falta de bom-senso dos governantes e o desrespeito às coisas divinas, revela que os mitos já não são mais respeitados nem pelo povo nem pelas autoridades. Cícero (1973) também já fazia as mesmas observações, e alguns historiadores colocam a causa central da queda do Império nessa postura ímpia das autoridades romanas, que punham na racionalidade e na filosofia epicurista a razão de ser da vida.

Mas, e mesmo com toda a racionalidade, o Império caiu, o que levou a Europa ocidental a um retrocesso literário, econômico e político. O esclarecimento, entretanto, teve que se moldar a nova forma social. Era vital, conforme Russel (1967), o advento de uma nova religião que de alguma forma unisse os mitos nórdicos, gregos e romanos aos da nova religião ascendente: o cristianismo. A aceitação de mitos de massa poderosos era necessária para que a população do antigo império e os bárbaros invasores não se aniquilassem mutuamente; é nesse sentido que o catolicismo toma a direção dos destinos europeus: os santos canonizados pela igreja representam, de certa forma, os

semideuses gregos e nórdicos, homens com poderes sobrenaturais que servem de inspiração e modelo para as gerações futuras.

O discurso mitológico retornou forte e eloquente. Os deuses gregos e nórdicos foram absorvidos pela teologia cristã. A aceitação de um mito religioso como crença real marcaria um tipo de esclarecimento que se adaptou para preservar o homem da aniquilação total durante a Idade Média na Europa ocidental.

No entanto, quase mil anos de Idade Média foram contestados quando a humanidade, ao menos a parte ocidental, teve novamente um avanço técnico-científico: o Humanismo e o Renascimento caracterizam bem esse período. O comércio floresceu, o homem individualizou-se, as preocupações mundanas e materialistas passaram novamente a prevalecer. O esclarecimento logo impôs nas mentalidades o desejo de reatar as forças contidas no antigo Império Romano.

Dessa maneira, houve uma nova unificação comercial, os feudos foram aniquilados para dar passagem a comerciantes cada vez mais ávidos de lucros. As guerras de reconquista logo em seguida tornaram-se guerras de expansão. Esse expansionismo precisava da pseudoirracionalidade dos mitos: o Sebastianismo em Portugal é bom exemplo disso. A nova Europa necessitava de uma maneira diferente de viver, carecia de exemplos para moldar a conduta das massas, e estes foram encontrados nos clássicos gregos e romanos, não à toa justamente nos “ilustrados” do período: Cícero, Protágoras, Sócrates, Homero etc.: era o espírito burguês renascendo das cinzas.

O ceticismo de outrora renasceria, o materialismo e o desejo de consumo expandiram-se pela Europa. A atitude meio ímpia de Ulisses, por exemplo, é comum a muitos iluministas, pois estes tentaram destruir os mitos, a metafísica e as religiões, colocando-os como meras superstições sem valor. O homem iluminista primeiro colocase como a medida de todas as coisas, depois usa a técnica para modificar a natureza e transformá-la em mercadoria. Acredita-se então que a mente e astúcia humanas poderão trazer para a vida cotidiana a noção universal do paraíso bíblico. Os ensinamentos filosófico, artístico, religioso, mitológico etc. serão rejeitados em prol do discurso objetivo, universal e racionalizante da ciência.

A burocratização e o positivismo são as vertentes mais claras dessa razão. Os sistemas totalitários se inspiram no racionalismo técnico e pragmático de cunho positivista. Mas quando há um sistema como o nazismo, por exemplo, é na verdade uma

forma de o esclarecimento se corrigir, pois os sistemas totalitários, por mais irracionais que pareçam, possuem a lógica da autoconservação do capitalismo. Deve-se ter claro que o Capitalismo, na Alemanha e na Itália, estava ameaçado de extinção, surgiu então para mantê-lo vivo os totalitarismos nazista e fascista. A matança de judeus, os campos de concentração, a loucura e a insanidade tinham uma lógica cruel, a da autoconservação do capital nos países citados. Por mais ilógico que pareça, há nessa mentalidade a mesma daquela sobre a guerra, tão bem resumida na frase machadiana: “ao vencedor as batatas.” A aniquilação total de uma tribo por outra se faz necessário pelo simples fato de não haver alimento em quantidade suficiente para alimentar as duas. Com essa mesma lógica teria agido os regimes totalitários, pois se não havia emprego para todos, que se eliminassem as classes sociais menos privilegiadas, os párias, os estrangeiros, os judeus etc. O ser humano era só um meio para se chegar a um fim, isso pela lógica descrita acima.

Essa pseudoirracionalidade esteve presente também no período medieval, as Cruzadas foram guerras contra um inimigo forjado, porque à Europa em crise econômica era imprescindível um aquecimento econômico, pois as pestes e os conflitos internos haviam minado as economias. A pilhagem de outras terras era fundamental, mas ela só seria possível se um discurso ideológico movimentasse a fome e a miséria contra um possível responsável pelos fracassos na Europa. Assim, a destruição do “infiel muçulmano” tornar-se-ia o ponto-chave da empreitada europeia. Os europeus perderam quase todas as batalhas, mas o esclarecimento conseguira aquilo que no fundo se dispusera, isto é, reacendera o espírito comercial no continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns comentaristas do livro “A Dialética do Esclarecimento” dizem que as ideias nele contidas são pessimistas e que seus autores só veem o lado negro do capitalismo e do esclarecimento. Entretanto, Adorno e Horkheimer afirmam apenas que o esclarecimento pode não ser de todo positivo, embora tenha suas virtudes, na medida em que tudo o que é humano é consequência dele. Criticá-lo em toda a sua plenitude é criticar a essência do homem. O livro seria, assim, uma tentativa de desmistificar a ideia de que a razão instrumental é coisa meramente burguesa e contemporânea, mas, ao

contrário, ela estaria sempre atrelada aos interesses humanos, recuaria em épocas de crise e chegaria ao esplendor em épocas de liberalismo total. Ela é algo humano, e onde este estiver terá a mesma tendência para criar mecanismos de proteção que lhe dê sustentabilidade. Mas deve-se salientar que de fato há um quê de pessimismo nas ideias contidas no livro supracitado, mas isso não era exclusivo desses dois autores, pertencia a toda uma geração ocidental, desconfiada com os destinos da humanidade, afinal a guerra destrói esperanças antigas e faz renascer novas. O discurso dos autores alemães citados nega a razão instrumental, mas abre caminho para uma razão filosófica e um esclarecimento no qual a espiritualidade prevaleça sobre a técnica, ao menos isso é uma interpretação possível que se lhe pode tirar dos textos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. (2003) *Notas de literatura 1*. Tradução de Jorge M. b. de Almeida. Duas Cidades. ed. 34, (coleção espírito crítico). São Paulo.

ADORNO, Theodor W. **HORKHEIMER**, Max. (2006). A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar Editora.

BARTHES, Roland. (1999) *Mitologias*. Trad. Rita Buongermino e Pedro Souza. 10. ed., rio de janeiro. Bertrand Brasil.

BENJAMIN, Walter. (1996). **O Narrador**. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 10. ed. São Paulo: Perspectiva.

BOBBIO, Norberto.(1992). **A Era dos Direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 19. Reimpressão, Elsevier.

CÍCERO. (1973). *Da República*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

FERREIRA, Wallace. (2013). “*Uma análise revisionista de Adorno e Horkheimer em A Dialética do Esclarecimento*”. CSONline – revista eletrônica de ciências sociais. Disponível em <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline>. Ano 2, vol. 5, dezembro de 2008.

ROSSI, Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho.(2007). **Mitologia: abordagem metodológica para o historiador da Antiguidade Clássica**. História. São Paulo, v. 26, nº 1, p. 36-52, 2007.

RUSSEL, Bertrand. (1967). *História da filosofia ocidental*. Ed. Nacional. São Paulo, 1967.

SÊNECA, (1998). **Consolação a minha mãe Hélvia**, Da tranquilidade da alma, Trad. De Agostinho da Silva, São Paulo: Nova Cultural, 1998.

WEBER, Max. (2002). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2002.

WELLS, H. G. (1972). **História universal**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1972.